

AUTOCRACIA BURGUESA E DITADURA CIVIL- MILITAR:

Considerações Sobre o Movimento Estudantil

Raí Vieira Soares^{*}
André de Menezes Gonçalves^{**}

O atual contexto da realidade brasileira de ataques aos direitos sociais, aos movimentos sociais e à democracia requisita a compreensão da ditadura civil-militar¹ em meados dos anos 60 do século passado, em

* Graduado em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE – *campus* Iguatu). Mestrando em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: raivieiracmpb@hotmail.com

** Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE) e graduado em Serviço Social (UECE). Professor Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG - *campus* Sousa-PB). E-mail: andre-mg@uol.com.br

¹ É quase consenso entre historiadores que a ditadura no Brasil não foi apenas militar, mas também civil devido o grande apoio político de significativos setores da burguesia ao regime; por esse motivo adotamos a nomenclatura de *ditadura civil-militar*. Segundo Netto (2014): “O golpe não foi puramente um golpe militar [...], foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a

seus aspectos históricos, políticos e econômicos. Exige, ainda, que possamos compreender antes e agora a importância da organização popular e dos movimentos sociais para a conquista e garantia desses direitos. A partir disso, fortalecer as lutas e os projetos coletivos nas contradições da realidade social marcada por continuidades, rupturas e resistências.

A ditadura, recente na história do Brasil, marcou um período em que o Estado brasileiro, em nome do grande capital, criou todos os mecanismos de impedir a participação política da população, por meio do seu braço repressor e violento. Mas isso não significa dizer que foi um período de ausência de lutas sociais. Pelo contrário: houve uma intensa participação popular, donde sujeitos coletivos resistiram e se posicionaram contra o regime ditatorial, a exemplo do movimento sindical e o movimento estudantil – este último foco de abordagem neste trabalho.

A partir de uma ótica marxista, perspectiva adotada no presente estudo, as lutas de classe permitem a ação política em sua totalidade, assumindo um caráter radical, crítico e revolucionário. A partir de uma consciência de classe, essas lutas buscam superar as

instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras” (p. 74).

tímidas ações reformistas, românticas e parciais na realidade no modo de produção capitalista. E a elas se somam as lutas sociais, que buscarão dar conta de outros elementos constitutivos do antagonismo de classes: questões de gênero, étnicas, comunitárias etc., em função, também, do processo de mudança das expressões da “questão social”² (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Logo, face ao argumento dos autores acima, as lutas sociais são derivações, manifestações e desdobramentos das lutas de classe e são, também, delas constitutivas. São encaradas como manifestações variadas da “questão social”, que se funda na contradição capital x trabalho. As lutas sociais estão presentes diretamente nas contradições estruturais da relação capital x trabalho e nas suas manifestações, configurando formas e espaços de lutas de classes.

As lutas sociais, mesmo compreendidas como ‘lutas diferentes’, são expressões das lutas de classes. Vinculam-se à contradição fundante do modo de produção capitalista, gerado no bojo do conjunto de desigualdades sociais. Para Montañó; Duriguetto (2011), lutas de classes

² Um importante tratado sobre “questão social” está presente nos textos elucidativos de Iamamoto (*A questão social no capitalismo*) e Netto (*Cinco notas a propósito da “questão social”*), ambos encontrados na Revista Temporalis nº 03 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Revista Temporalis*. Ano 02, n. 3 (jan/jul., 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001).

e lutas sociais não são contraditórias, mas fazem parte de um processo comum (às vezes em níveis diferentes). O que diferencia as formas de lutas é o tipo de organização pelo qual se desenvolvem, seus objetivos e níveis de reivindicações.

Da segunda metade da década de 1970 ao início dos anos 1980, começava a tentativa para desenvolver um novo quadro paradigmático que pudesse interpretar com maior especificidade os movimentos sociais urbanos emergentes na sociedade brasileira e que permitissem um entendimento ampliado do “novo sindicalismo” nascente. Até então, as ações coletivas civis eram especialmente analisadas a partir do paradigma marxista clássico das lutas de classe, privilegiando os estudos sobre os movimentos sindicais, operários, ou nacional-populares, na interface da temática nação x classe. Diante do projeto de redemocratização do Estado e da sociedade, a questão da autonomia dos atores coletivos na sua relação com governos ainda autoritários, por um lado, e a multiplicidade de identidades coletivas (trabalhador, morador, mulher, etc.) de organizações emergentes, por outro, tornaram-se focos de atenção privilegiada desses atores e de seus analistas (WARREN; LÜCHMANN, 2008, p. 13).

Viana (2016) aponta que o desenvolvimento contemporâneo do modo de produção capitalista tem

imposto um recrudescimento do movimento operário e a ampliação de *novas reivindicações* a partir dos movimentos sociais.

Assim, os movimentos sociais, baseados em divisão de grupos, que formam a sua base social, acabam complexificando e confundindo ainda mais as lutas de classes [...]. A juventude emerge como grupo social consolidado a partir dessa fase do capitalismo e passa a cumprir um papel contestador cada vez mais forte com o desenvolvimento desse regime de acumulação, desde as lutas estilistas até as lutas mais radicais, tal como as lutas estudantis do final dos anos 1960. A juventude, no entanto, não é uma classe social e sim um grupo social e, por conseguinte, é constituída por indivíduos de diversas classes e isso, aliado com outras determinações, geram distintas “conformidades geracionais” (VIANA, 2015a, s/p.).

Atentamos para não confundirmos movimento social com outras atividades coletivas, como mobilizações sociais, atos públicos, protestos, manifestações etc., pois o que o diferencia dessas outras é ele possuir uma estrutura organizativa mais definida. Segundo Montañó e Duriguetto (2011), o movimento social é caracterizado como “uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização” (p. 264). Enquanto que uma mobilização

social está relacionada a uma atividade mais pontual que se acaba sem si mesma, por exemplo, um protesto, mas isso não retira a importância de várias formas e instrumentos de lutas sociais³.

Movimento social aqui é compreendido como os processos de organização da sociedade que, a partir das condições objetivas da realidade social, buscam tomada consciência social e política para forjarem e tencionam mudanças. Segundo uma leitura marxista, não se pode analisar movimento social desvinculado das relações de produção e consumo; das dimensões políticas e econômicas; do Estado e mercado. Não podemos pensar esse debate desvinculado às lutas de classes.

Autocracia Burguesa no Contexto da Ditadura Civil-Militar

A Ditadura foi gestada em um terreno histórico em que as forças armadas tinham forte identificação com os interesses políticos, econômicos e sociais da burguesia, ao mesmo tempo em que havia muitas confusões e equívocos em relação aos movimentos reformistas e

³ “Para além de uma ação coletiva, [o movimento social] tem caráter sociopolítico, construída por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. [...] As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum [...]” (GOHN, 2000, p. 44 – os grifos são nossos).

nacionalistas de perfil democrático-burgueses, assim como reduzida participação e organização popular, ao passo que grandes setores da burguesia tinham grande influência política no âmbito do Estado.

Burguesia esta que imprime seu poder através de práticas autocráticas, autoritárias e totalitárias desconhecendo e ocultando todas as desigualdades sociais decorrentes do processo de industrialização pesada e da concentração de riquezas, comprometidas em reforçar o subdesenvolvimento interno do Brasil e fortalecer a dominação imperialista externa (FERNANDES, 2005)⁴.

Há de se destacar que esse imperialismo está relacionado com a dominação dos Estados Unidos, maior potencia capitalista. Segundo Benevides (2006), a implantação do regime civil-militar no Brasil teve relação direta com os interesses norte-americanos, objetivando fortalecer uma política econômica que favorecesse a entrada e consolidação das empresas multinacionais no Brasil. Além disso, os Estados Unidos tinham como intenção bloquear a expansão dos ideais comunistas e de

⁴ Netto (2011) discorre sobre a autocracia burguesa como projeto de dominação que determinou a neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado no pós-64, impedindo quaisquer suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico, progressista e questionador do governo ditatorial instaurado no país e às condições de subdesenvolvimento e de subordinação que pairavam sobre o país.

esquerda que poderiam ameaçar sua dominação econômica sobre os países periféricos.

Não há mais como negar que os americanos tiveram conhecimento prévio, interesse e participação no golpe. [...] Os Estados Unidos, principal potência militar, não admitiam sequer a hipótese de novo Vietnã ou de uma Cuba gigantesca na América do Sul (COUTO *apud* BEVEVIDES, 2006, p. 53).

Esse aspecto sobre Estado autocrático e sua relação com os monopólios na fase da industrialização pesada não pode passar despercebido, pois o ciclo autocrático burguês teve um papel central na integração do Brasil no cenário econômico internacional, garantindo a acumulação de capitais através da manutenção da dependência brasileira, na qual o Estado teve como papel a transmissão da riqueza acumulada para os monopólios e atuava como mediador nos conflitos setoriais e intersetoriais em defesa das corporações internacionais em detrimento do capital nacional que não tinha condições de competir no cenário internacional (NETTO, 2011).

A autocracia burguesa, na busca de impor o seu projeto de dominação, utilizou-se de todas as formas para se legitimar, tornando-se uma ditadura reacionária com características fascistas e terroristas que agia sobre todos aqueles que ousassem ser contra o regime, em que o Estado ditatorial empenhou-se em

[...] enquadrar rigidamente todo o vasto aparelho policial-militar repressivo [e] aniquilar todas as forças político-organizativas que, na contestação radical do seu projeto, poderiam introduzir elementos de problematização de longo curso na sua intenção institucionalizante (NETTO, 2011, p. 41-42 – os grifos são nossos).

Sob a autocracia burguesa, o Estado brasileiro adotou uma política autoritária que usou da violência para impor medo e terror nos setores populares e nas lutas sociais, em que a principal ferramenta da ação policial foi o uso da tortura para obrigar presos políticos repassarem informações sobre as lideranças e os planos dos movimentos e segmentos que se colocavam contra o regime civil-militar. Por esse motivo, “a tortura era ensinada sistematicamente, havendo inclusive escolha de cobaias para demonstrações didáticas” (GINZBURG, 2010, p. 143).

Embora esse reforço do braço coercitivo do Estado, as lutas contra o regime autoritário se manifestaram em vários setores da sociedade, através de alas progressistas da Igreja Católica, grupos ligados às artes e a cultura, e movimentos sociais, como movimento sindical e, em destaque, o movimento estudantil, pois “a participação política dos estudantes num contexto em que a sociedade civil estava reprimida, oprimida e amordaçada, serviu como desencadeador de movimentos

sociais mais amplos” (MENDES JR. *apud* ZAPPA; SOTO 2008, p. 51). O circuito universitário, banhado pela revisão crítica das ciências sociais nos anos 60-70 do século passado, forjaram protestos, resistências e lutas contra a dominação burguesa e militar no Brasil.

Movimento Estudantil e Ditadura: lutas e resistências

O movimento estudantil foi (e ainda é) um dos sujeitos coletivos que participaram ativamente dos processos políticos, seja em nível mundial e nacional, mostrando sua rebeldia, contestação e preocupação com os rumos da história e da realidade social. É preciso saber o que entendemos por movimento estudantil para melhor compreensão das reflexões aqui apontadas.

Movimento Estudantil é todo e qualquer grupo organizado de estudantes em torno de objetivos políticos, culturais, acadêmicos, religiosos, outros. O ME possui ainda um caráter político-acadêmico. Político porque defende valores, ideais, projetos de sociedade, visões de mundo e atua na sociedade para disputar e construir esses valores. Acadêmico porque possui uma vinculação com a academia, a universidade, faculdades etc. Isso significa dizer que sua luta costuma ter muito o vínculo com as questões da educação, em particular, referentes à melhoria do ensino público superior gratuito (SILVA, 2008, p. 52).

Porém, ressaltamos que embora o movimento estudantil tenha uma vinculação direta com a universidade, suas bandeiras de lutas não devem se restringir somente a esse espaço, pois entendemos que a universidade não está isolada da sociedade. Por isso da importância da articulação com outros movimentos sociais, fortalecendo as lutas contra as desigualdades sociais, as injustiças e todas as formas de opressão que marcam as estruturas da sociabilidade capitalista. O movimento estudantil tem um papel central nas lutas sociais e, conforme aqui tratado, na resistência contra a ditadura civil-militar brasileira.

O movimento estudantil foi o movimento social que, durante o regime autoritário, conseguiu aglutinar mais forças políticas em torno de si para fortalecer as lutas contra a autocracia burguesa, tornando-se, assim, a principal forma de oposição ao regime.

É o movimento estudantil (especialmente na universidade, mas não só) que se alça ao primeiro plano da contestação ao regime [pois] o que mais preocupa às instâncias mais altas do poder é o efeito catalisador da mobilização nas escolas: ela se revela tendencialmente capaz de condensar a oposição geral que o regime se esforçava por manter difusa (NETTO, 2011, p. 57).

O movimento estudantil expressou a rebeldia e o protagonismo juvenis. Os grupos estudantis organizados

tinham como principais pautas: crítica ao regime autoritário ditatorial; liberdade política; democracia e participação popular. Mas, além disso, existiam demandas ligadas à própria política de educação, como a reivindicação pela ampliação do número de vagas nas universidades públicas, crítica à reforma universitária imposta pela ditadura e às iniciativas de privatização do ensino superior decorrentes da influência norte-americana nos órgãos estatais da educação brasileira.

O movimento propunha uma reforma universitária que tinha como ênfase o ensino público e gratuito, que garantisse a autonomia universitária nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Defendia um projeto de educação que garantisse a formação de sujeitos críticos, questionadores e preocupados com a realidade brasileira, mas não um modelo comprometido com a formação de mão-de-obra técnica para contribuir com o projeto de desenvolvimento da ditadura brasileira (ZAPPA; SOTO, 2008).

Sobre esse aspecto, destacamos o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a agência educativa norte americana, a United States Agency for International Development (USAID)⁵.

⁵ Segundo o sítio eletrônico www.usaid.gov, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) é órgão governo norte-americano criado em 1961 com a missão de *acabar a*

O Acordo MEC-USAID, como ficou conhecido, encerrava uma concepção de educação e universidade que enfatizava a tecnicização do aprendizado, fragmentária e específica, destinada prioritariamente às necessidades de mão-de-obra do mercado, com pouco espaço para formulações intelectuais mais críticas. Além disso, o estímulo à privatização do ensino superior incentivou as fundações privadas a abrir faculdades (NAPOLITANO, 1998, p. 19).

Em relação à política educacional sob o regime da autocracia burguesa, Netto (2011) aponta que houve dois momentos. O primeiro, de 1964 a 1968, caracterizado pela intervenção do regime civil-militar na educação para abolir todos os espaços e estratégias democráticas existentes; e o segundo, de 1968-1969, marcado pelas iniciativas de adaptar aos interesses e demandas da ditadura, moldando a educação para que contribua com o crescimento econômico.

A política educacional nesse contexto assumiu uma funcionalidade econômica para fortalecimento do setor privado no âmbito da educação, através da redução dos investimentos na educação pública e crescente alocação de recursos para a iniciativa privada, sobretudo, os grupos monopolistas da educação. Portanto, tem-se nesse contexto o duplo processo:

extrema pobreza no mundo. Tem caráter filantrópico, assistencial e humanitário (os grifos são nossos).

precarização/desestruturação e a crescente privatização da educação, tornando-se uma área altamente lucrativa para os monopólios (NETTO, 2011).

Em 1964, primeiro ano do golpe civil-militar, a União Nacional dos Estudantes (UNE)⁶, a principal entidade de representação e organização estudantil, foi extinta por um decreto presidencial, tornando-se uma das primeiras organizações atacadas pelo regime.

Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incomoda às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada. E o prédio do antigo Clube Germânia, que a UNE ocupara nos tempos heróicos da luta contra o nazifascismo, sofreu no próprio corpo a bestialidade e a ferocidade dos novos fascistas que tomavam o poder (MENDES JR, 1982, p. 74).

A UNE, no início da década de 1960, já se apresentava como uma grande força estudantil no cenário político brasileiro, pois já no início da década investia na formação política, através, principalmente, do Centro Popular de Cultura (CPC) que levava uma formação crítica e política da realidade social através da participação

⁶ Fundada em 1937, durante o Governo de Vargas, sua criação representou o entendimento coletivo da necessidade de uma organização a nível nacional que congregasse todos os estudantes em torno de um projeto comum que tinha como central a luta pela democracia no Estado Novo (MENDES JR., 1982).

popular e da cultura junto às periferias, sindicatos, associações e outros. Além disso, a UNE mobilizou, em nível nacional, através do CPC, muitos estudantes pela conscientização e defesa do método de alfabetização proposto por Paulo Freire (MENDES JR., 1982).

Uma das primeiras tentativas de impedir a organização estudantil no Governo Militar foi a criação, em 1964, da Lei Suplicy (Lei 4.464), de autoria do Ministro da Educação da época Flávio Suplicy de Lacerda, que proibia a realização de atividades políticas nas organizações estudantis, além de definir diretrizes sobre o seu funcionamento. Segundo Mendes Jr. (1982), essa lei interferiu na autonomia da organização estudantil, pois obrigava os estudantes a votarem nos Diretórios Acadêmicos (DAs) indicados pelas direções das Faculdades. Mas a UNE articulou nacionalmente, a partir do seu Congresso Nacional de 1965, o Dia Nacional de Repúdio à Política do Ministro da Educação, realizando boicotes nos processos eleitorais dos DAs.

Embora as tentativas de extinguir todas as formas de organização do movimento estudantil, a UNE, que no regime civil-militar atuou de forma clandestina, continuou convocando seus congressos, realizando passeatas, dentre outras atividades, articulando estudantes de todo o país e pautando suas lutas em defesa da educação e da democracia.

Não somente o movimento estudantil resistiu e se opôs ao Estado ditatorial, mas também vários outros movimentos sociais, entidades e grupos. Podemos citar a juventude católica de esquerda, organizada na Ação Popular (AP), como na Juventude Universitária Católica (JUC), setores mais progressistas da Igreja Católica ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à Teologia da Libertação, como também, o movimento operário ganhou visibilidade novamente, principalmente a partir de 1968, por meio da convocação e organização de greves e passeatas.

Em relação ao segmento operário e sindical, esses estavam submetidos ao arrocho salarial, intensificação do ritmo de trabalho, obrigação de realização de horas extras, grande número de acidentes, atraso de pagamentos e rígido controle no espaço de trabalho. Essa situação impunha muitos desafios para sua organização coletiva, mas os estudantes não deixaram de traçar estratégias coletivas de resistência no espaço fabril mesmo em um contexto muito difícil. Na compreensão de Batistoni (2014), as lutas desse segmento se davam desde iniciativas mais espontâneas quanto as mais defensivas, que tinham como objetivo a sabotagem e a diminuição do ritmo de trabalho, realizando boicotes e paralisações nos processos produtivos.

Essas lutas deram identidade coletiva aos trabalhadores, demarcaram as

potencialidades da organização de base e demonstraram a existência de um saber operário que se vale da forma pela qual o capital organiza a produção para organizar a resistência do trabalho (BATISTONI, 2014, p. 72).

As iniciativas de crítica e oposição ao regime civil-militar se deram também no âmbito da cultura e das artes em geral, como na música, no cinema, no teatro, na literatura etc., que contribuíram também na conscientização política e no fomento ao desejo de transformação da realidade social. Podemos citar como exemplo, as músicas “Roda viva” e “A banda” de Chico Buarque; “Pra não dizer que falei de flores” de Geraldo Vandré; na literatura, o romance “Quarup” de Antônio Callado; dentre outras formas de resistência e crítica (NAPOLITANO, 1998). Percebemos que o movimento estudantil e vários outros sujeitos coletivos se articularam e tiveram grande importância nas lutas contra o regime ditatorial.

No ano de 1968, a organização estudantil teve um significado político e histórico peculiar marcado pelo “Maio de 68 Francês” que repercutiu na organização política internacional e também no Brasil. Neste ano, a França foi tomada pelas manifestações estudantis que surgiram inicialmente como crítica à situação do ensino superior do país, mas que através de uma tomada de consciência dos jovens do período, a crítica também se

deu ao desenvolvimento do capitalismo, ao consumismo, à alienação e aos processos de desumanização. Além disso, teve como objetivos e características:

Mudar a vida e transformar o mundo. O ano de 1968 foi o ano da ousadia, da recusa dos partidos políticos tradicionais, como forte distanciamento da política oficial, recusa do mundo da mercadoria e dos valores burgueses e opressivos, e também recusa do marxismo burocratizado praticado na União Soviética (CARMO, 2001, p. 80).

As manifestações do “Maio de 68” tiveram forte influência do anarquismo, mas isso não anula o significado histórico que tiveram, influenciando as juventudes de todo o mundo, pois demonstrou a grande capacidade revolucionária e de transformação social que possuem os jovens. Teve uma grande influência nas gerações de jovens posteriores, na organização política, nos movimentos de contracultura, nas artes, na música etc.

A onda de rebeldia que percorreu o globo em 68 foi inspirada, de um lado por reivindicações específicas de cada realidade social – no Brasil, a luta contra a ditadura militar, impulsionada por um sentimento libertário contra o opressivo autoritarismo que permeava as relações no interior das famílias, nas escolas e universidades, nas empresas e na vida cotidiana dentro de uma sociedade de consumo e comunicação de massas que

sofria a doença de uma deformada prosperidade (ZAPPA; SOTO, 2008, p. 12).

No Brasil, o movimento estudantil não esteve imune à influência internacional das experiências de organização política e às características próprias da realidade brasileira sob a autocracia burguesa. O movimento estudantil se colocou como sujeito histórico, como vanguarda da luta popular.

Os estudantes se posicionavam na defesa das liberdades democráticas nos campos social e econômico; engajavam-se na resistência ao golpe; preparavam-se para a possibilidade de uma guerra civil; abriam o debate para a problemática da universidade; apoiavam todas as reivindicações populares contra a pobreza, baixos salários, políticas inflacionárias; e buscavam o trabalho político com base na cultura popular, criando o CPC (Centro Popular de Cultura), que, disseminava, por meio do teatro e propaganda, os debates dos seminários estudantis (SOUSA, 1999, p. 39).

Esse movimento tornou-se um dos principais alvos do regime militar, mas estava com forças pra resistir. Essa posição de enfrentamento ao governo militar foi expresso na Carta Política do Congresso Nacional da UNE de 1967, na qual os estudantes faziam crítica à repressão policial e defendiam alianças com camponeses, e operários

contra as elites da classe dominante brasileira e a dominação imperialista.

No início da ditadura, as atividades do movimento estudantil não possuíam um cunho de radicalidade. Somente com as influências da Ação Popular (AP), da Política Operária (POLOP) e dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e principalmente com a morte do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço (1968, no Rio de Janeiro), foi que o movimento estudantil ganhou radicalidade nas suas ações de enfrentamento ao Estado ditatorial (ZAPPA; SOTO, 2008).

Na compreensão de Napolitano (1998), nos anos de 1967 e 1968, os estudantes radicalizaram suas ações tanto no que tange às suas palavras de ordem quanto nos seus protestos. Suas ações não estavam mais restritas às suas pautas específicas enquanto condição estudantil, mas, sobretudo voltadas na crítica e oposição à ditadura. Essa radicalização contribuiu para uma maior relação entre movimento estudantil e a guerrilha, que compunham grupos que tinham a luta armada como tática central para derrubar o Estado ditatorial. O movimento estudantil formava quadros de militância para a guerrilha e a guerrilha contribuía nas manifestações de massa.

Mas suas ações não perduram por muito tempo, principalmente pós-1968, com a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que reforçou ainda mais a

repressão do Estado ditatorial sobre as organizações políticas. Segundo Benevides (2006), o AI-5 proibia a realização de qualquer atividade de natureza política, previa liberdade vigiada, garantia ao Estado o poder de proibir as pessoas de frequentarem alguns espaços e ter acesso a informações de domicílios, além disso, retirou o direito de *habeas corpus* dos presos e acusados políticos.

O fim desse processo de organização e luta do movimento estudantil no regime civil-militar ocorreu na ocasião da realização do XXX Congresso Nacional da UNE (de forma clandestina) em 1968, já com vigência do AI-5. Quando forças policiais cercaram e invadiram o Sítio Murundu, município de Ibiúna, sede do Congresso localizado no interior de São Paulo, e prenderam quase mil estudantes, o que impactou na desarticulação do movimento estudantil brasileiro e marcou o fim de um processo político iniciado em 1966 que se fortalecia nas atividades de radicalização (ZAPPA; SOTO, 2008)⁷.

Essas iniciativas de repressão, que se radicalizaram com a implantação do AI-5, contribuíram no processo de desmobilização dos estudantes, no descenso de suas lutas e manifestações. Além disso, o governo

⁷ Dentre várias outras obras podemos citar o filme brasileiro de Helvécio Ratton, *Batismo de Sangue* (2007), baseado no livro homônimo de Frei Betto (1983) que trata da vida e da luta de Frei Tito contra o regime ditatorial. Há relatos e cenas que tratam da invasão da polícia no XXX Congresso da UNE.

militar decretou, em 1969, a Lei 477, que aumentou ainda mais a repressão política. “A Lei n. 477 que tratou de estabelecer as infrações disciplinares cometidas por docentes, discentes e funcionários das instituições de ensino no país, concebendo greves e mobilizações estudantis como atos infracionais” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 288).

Com a desarticulação do movimento estudantil, a luta armada proposta pela guerrilha também não obteve muito êxito. Para Napolitano (1998), os fatores da derrota da luta armada estavam relacionados ao sectarismo de alguns grupos de esquerda que não conseguiram realizar um trabalho de formação política junto às massas, muito embora estivessem prontos e organizados para ação, não conseguiram romper com o isolamento político, além da forte repressão e violência do regime sobre os grupos de esquerda. Na análise de Mendes Jr. (1982), os resultados da luta armada foram negativos:

Em fins de 1969, começavam a “cair” os primeiros quadros guerrilheiros. Em São Paulo, com fundos de grandes empresas, algumas delas multinacionais, era criada a famigerada Operação Bandeirantes (OBAN), organização para-oficial (não constava de nenhuma lista de organismos policiais) que empregou os mais bárbaros métodos de tortura para obrigar os guerrilheiros presos a entregar seus companheiros (MENDES JR, 1982, p. 89).

Somente na década seguinte o movimento estudantil consegue se rearticular, mais especificamente após 1975, quando há um processo de efervescência do movimento de estudantes, pautando demandas relacionadas à educação e à universidade, como também questões mais gerais em consonância com as lutas dos movimentos sociais, populares e organizações sindicais que reascendiam nesse período, na defesa do Estado democrático de direito, iniciando novamente um movimento de lutas e protestos pela redemocratização do país (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Em 1977, os movimentos estudantil, operário e sindical ganham espaço novamente na cena sociopolítica do país, já em um contexto marcado por grandes manifestações e lutas sociais pela redemocratização do Brasil. Nesse momento o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) pautou lutas pela reposição salarial dos trabalhadores e denunciou o governo pelo descaso com questões salariais, convocando assembleias que atraíram mais de cinco mil operários para o sindicato.

Segundo Napolitano (1998), já o movimento estudantil construiu grandes manifestações em várias cidades em articulação com outros grupos organizados, convocando a população pela adesão ao movimento e as pautas em defesa da democracia. Realizaram, também,

manifestações em referência ao Dia Nacional de Luta pela Anistia.

Considerações Finais

As lutas estudantis, como expressão das lutas sociais, não são isentas de erros, desafios e acertos. Compõem a própria dinâmica da sociabilidade capitalista, mas exigem do movimento estudantil e demais organizações políticas a necessária autocrítica e reflexão sobre os desafios, para que avancem nas estratégias coletivas, pois “qualquer organização deve cuidar-se para estar sempre atualizada e permanentemente autocriticar-se para se corrigir” (BOGO, 2011, p. 111).

Na contemporaneidade vivenciamos um contexto de precarização e sucateamento da educação pública, impondo desafios para permanência e a organização estudantil. A educação assume um papel de qualificação para o mundo do trabalho e atendimento às demandas do capitalismo contemporâneo em face da “acumulação flexível” (HARVEY, 2012) e em tempos de “crise estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2011). O capitalismo contemporâneo requisita a formação técnica para os trabalhadores para a garantia da (re)produção das relações sociais de produção capitalista. No capitalismo, a educação assumiu sempre essa função, mas que varia de acordo com conjunturas sócio-históricas. Mesmo assim,

ainda é um espaço de disputa política permeada por contradições.

No final de 2015 e começo de 2016, o crescente processo de ocupação das escolas pelos estudantes vem tomando destaque na cena pública, em particular nas escolas estaduais de ensino médio, (re)colocando na ordem do dia um sujeito coletivo com potencial político-organizativo na defesa da educação pública: o movimento estudantil. A organização desses estudantes repõe para a sociedade a importância política dessa juventude que reivindica uma educação pública e de qualidade, e mudanças na realidade social, assim como ocorreu durante a ditadura civil-militar implantada com o golpe de 1964.

Diante do exposto, percebe-se que muitas das pautas do movimento estudantil do período ditatorial ainda se apresentam na contemporaneidade. Em especial, na atual conjuntura, onde há um crescimento do conservadorismo e autoritarismo; criminalização das lutas e movimentos sociais; sucateamento e precarização da educação pública; e ameaças à democracia e aos direitos sociais. O que nos resta é fortalecer a luta do movimento estudantil que resiste através das ocupações e aprender com a força dessa juventude que a educação também se faz na luta! Outro desafio posto é o reencantar das juventudes, reassumindo suas rebeldia e contestação em dias tão tenebrosos. Fortalecer as identidades de classes e lutas contra as desigualdades e opressões, o que exige da

juventude, e do próprio movimento estudantil, a retomada de forças e de projetos coletivos radical e criticamente diferentes da sociabilidade vigente. Como já disse Geraldo Vandré: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”!

Referências

BATISTONI, Maria Rosângela. Oposição metalúrgica de São Paulo: história, organização e lutas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social*. Uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *Na Contramão do Poder – juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume, 2006.

BOGO, Ademar. *Organização Política e Política de Quadros*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da Rebelião: a juventude em questão*. São Paulo: SENAC, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de uma interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O Que Resta da Ditadura* – a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2000.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 22ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MENDES JR., Antonio. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*. 4ª edição. São Paulo: Atual, 1998.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Andrea Alice Rodrigues. *Convite à Rebeldia: uma reflexão sobre o movimento estudantil de serviço social e seus desafios na contemporaneidade*. Monografia. Fortaleza: UECE, 2008.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.

VIANA, Nildo. *Blocos Sociais e Lutas de Classe*. Disponível em:
<http://informecritica.blogspot.com.br/2016/03/blocos-sociais-e-luta-de-classes.html>. Acesso em 26/09/16.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. *1968 – eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

Resumo: O presente texto tem como objetivo resgatar o protagonismo do Movimento Estudantil durante a Ditadura civil-militar sob a autocracia burguesa no Brasil. Para isso, foram resgatadas as principais características desse período histórico e as lutas e

contribuições do movimento estudantil a fim de trazer para a cena contemporânea a importância desse movimento.

Palavras-chave: Autocracia Burguesa; Ditadura; Movimento Estudantil.

Abstract: This text aims to rescue the role of the student movement during the civil-military dictatorship under Autocracy Bourgeois in Brazil. For this, the main characteristics of this historical period and the main struggles and contributions of the student movement in order to bring to the contemporary scene the importance of this movement were rescued.

Keywords: Autocracy Bourgeois; Dictatorship; Student Movement.